

PERSPECTIVAS DO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL^{*}

Shiguenoli Miyamoto

Deptº de Ciência Política do IFCH/UNICAMP

Até a metade dos anos 70, as relações internacionais – se comparada às outras áreas tradicionais de investigação, como partidos políticos, sindicalismo, estrutura agrária, movimentos sociais, etc., – receberam pouca atenção, e o meio acadêmico contribuiu de forma muito modesta para o seu desenvolvimento.

Contudo, é óbvio que existe uma quantidade razoável de estudos feitos, entre outros, por juristas, economistas, cientistas sociais, historiadores e jornalistas sobre relações internacionais, retratando muitos

* Texto apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Relações Internacionais, promovido pela Universidade de Brasília e Secretaria de Assuntos Estratégicos, realizado em Brasília, de 24 a 26 de março de 1998.

Estou incorporando aqui, alguns dos comentários feitos na ocasião por José Flávio Sombra Saraiva e por outros colegas como Eiiti Sato na mesa anterior. Agradeço não só a ambos mas, também, a Antônio Jorge R. da Rocha pelas informações sobre o Departamento de Relações Internacionais da UnB. O texto, como está ora apresentado, é, contudo, de minha inteira responsabilidade.

aspectos sobretudo da política externa brasileira, voltados para a Bacia do Prata e África. Há também depoimentos e livros de memórias de diplomatas e militares (que ao final dos anos 90 estão se avolumando, tentando, cada um à sua maneira, explicar o seu papel no governo militar pós-64, etc.).

A produção sobre relações internacionais e política externa brasileira, inclusive, foi objeto de investigação criteriosa por parte do pessoal acadêmico. Zairo Borges Cheibub, por exemplo, levantou os assuntos publicados em revistas brasileiras de 1930 a 1980 e, também, mapeou os debates intelectuais, juntamente com Maria Regina Soares de Lima. Outro texto desta última autora escrito em parceria com Gerson Moura faz um bom retrospecto bibliográfico sobre esta área de estudos no país. Os professores Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, por sua vez, analisaram praticamente toda a produção existente sobre a política exterior brasileira, em obra de grande fôlego, e de fundamental importância para os interessados no assunto.¹

Como se pode constatar por estes estudos, o interesse nas décadas anteriores – principalmente nos anos 70 – esteve basicamente centrado no que se passava na Bacia do Prata. A perspectiva tanto brasileira quanto argentina se resumia, em grande parte, em denunciar de um lado o papel pouco amistoso que cada um estaria jogando em de-

¹ Cf. CHEIBUB, Zairo - *Bibliografia Brasileira de Relações Internacionais e Política Externa*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981; CHEIBUB, Zairo & LIMA, Maria Regina Soares de - *Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: debate intelectual e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983; LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gerson - "Relações internacionais e política externa brasileira: uma resenha bibliográfica". *BIB-ANPOCS*, Rio de Janeiro (13); 5-36, 1º semestre de 1982; CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo - *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Atica, 1992.

trimento de seu vizinho, e, de outro, a contestação simultânea e recíproca de tais denúncias. A produção mais representativa desses dois países, em termos numéricos, se referia a elucubrações feitas por – ou ligados a – militares não só da ativa, mas principalmente da reserva, veiculadas em grande parte em publicações por eles mesmos criadas.

No Brasil, o caráter dessa produção militar, às vezes também diplomática, sempre foi mais de cunho geopolítico, fazendo projeções sobre o Brasil Potência ou através do papel desempenhado pelas fronteiras na história nacional. Posturas como essa podem ser observadas em dois autores muito citados regionalmente a partir dos anos 70: o general Carlos de Meira Mattos e o ex-embaixador Álvaro Teixeira Soares.² Ao lado de Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e de Therezinha de Castro aqueles dois primeiros se converteram em alvo favorito, fundamentalmente dos argentinos, – e mesmo de brasileiros – que viam neles os influenciadores das políticas nacionais, elaboradas pelo Itamaraty e pela caserna.³ Isto pode ser verificado através da revista mais influente do período denominada *Estratégia*, cujo diretor era o general de reserva Juan Enrique Guglielmelli, tendo, entre outros, colaboradores como Carlos Mastroilli, Oscar Camilión, etc..

² Cf. MEIRA MATTOS, Carlos de - *Brasil - geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975; SOARES, Álvaro Teixeira - *História da formação das fronteiras do Brasil*, 3ª edição Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.

³ Cf. TRAVASSOS, Mário - *Projeção continental do Brasil*, 4ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945; COUTO E SILVA, Golbery do - *Geopolítica do Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967; CASTRO, Therezinha de - *Rumo à Antártica*, São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1976. Ver, também, SCHILLING, Paulo - *A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*, São Paulo: Global Editora, 1981.

As denúncias contra o Brasil eram numerosas não só naquela revista, mas também por intermédio de dezenas de livros e periódicos preocupados quase exclusivamente em mostrar o Brasil como país imperialista, logo inimigo que deveria ser combatido a qualquer custo.

Sendo tradicionais rivais que movimentaram a história da Bacia do Prata, Brasil e Argentina permanentemente estiveram no centro das atenções regionais, convertendo-se, portanto, em um dos pontos prioritários analisados pelos cidadãos de ambos os países. Aliás, não só destes, mas também dos vizinhos diretamente interessados, como o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, e, de maneira mais distante pelo Chile e Peru.

O interesse no relacionamento destes dois países foi sempre muito acentuado, porque qualquer negociação que os envolvesse acabava, de maneira direta ou indireta, afetando a todo o continente, independentemente de quem viesse a exercer uma possível liderança local.

A produção literária focalizando as relações bilaterais entre esses dois Estados, ao longo das décadas, demonstra com muita nitidez os ressentimentos recíprocos e acumulados historicamente. Deve-se, contudo, ressaltar, de um lado, que esta literatura é bastante heterogênea, podendo-se, inclusive, separar os autores em categorias diversas, como os militares, os jornalistas e os acadêmicos, além de alguns representantes do meio diplomático. De outro lado, o fato de que grande parte dos textos era marcada por posturas agressivas/defensivas de ambas as partes, convertendo-se em moeda corrente, e predominava até meados dos anos 80, assumindo comportamento distinto a partir de então.

Obviamente que, ainda hoje, não desapareceram completamente aqueles autores que continuaram a refletir adotando os parâmetros

anteriores. Os militares, por exemplo, ao abordar o intercâmbio entre Buenos Aires e Brasília acabam, na maior parte das vezes, construindo um discurso cauteloso. Chegam mesmo a resvalar em direção de uma postura ufanista, criticando veladamente (às vezes também asperamente) as políticas desenvolvidas pelo outro país, e vendo em todos os gestos do vizinho, constantemente, intenções pouco amistosas ou confiáveis, repetindo o que se passava há anos.

Apenas para efeito ilustrativo, poderíamos falar um pouco sobre este tipo de reflexão ao longo das últimas décadas sem, contudo, pretender aqui fazer uma avaliação exaustiva, relacionando todos que trabalharam com o assunto.

A participação do Brasil na Guerra do Paraguai, em um período já bastante longínquo, foi sempre um dos motivos utilizados pelos vizinhos latino-americanos para criticar a atuação brasileira, tido como impiedosa, naquele episódio. O professor Leon Pomer, competente historiador argentino e hoje docente da Universidade Estadual Paulista-UNESP, em texto bem elaborado mostra os interesses em jogo, sendo que o livro de sua autoria contempla um título bem chamativo: "um grande negócio".⁴ Nesse caso, porém, o conteúdo não é de simples crítica, mas uma análise acadêmica, um tanto distante da maior parte daquilo que se produziu naquela parte do continente. Muitas denúncias seriam feitas com vigor, ao longo dos anos. É, inclusive, provável que as mesmas tenham fundamento, até porque este é um assunto em que o próprio Ministério das Relações Exteriores se posiciona com cautela, impedindo o acesso a documentação relativa a tal episódio (além de outros).

⁴ Cf. POMER, Leon - *Guerra del Paraguay - gran negocio*. Buenos Aires : Ed. Cal-dén, 1968.

Após o golpe de Estado em março de 1964, o Brasil vai ser criticado cada vez mais no contexto latino-americano, recebendo o rótulo de “país chave”, “aliado preferencial” dos Estados Unidos, etc. As críticas vão destacar com frequência o papel do governo brasileiro como gendarme continental, assumindo postura imperialista ou subimperialista, implementando políticas com a finalidade de satelitizar os países da região objetivando, assim, alcançar supremacia indiscutível no Cone Sul.

Esta literatura focaliza vários temas que seriam as preocupações brasileiras: desde a pressão demográfica junto às fronteiras com o Paraguai, com a “migração dirigida” de colonos brasileiros a este país – os brasiguaios –, ou junto das províncias argentinas de Misiones e Corrientes; os corredores de exportação cujo intuito seria neutralizar o Paraguai e a Bolívia atendendo aos interesses estratégicos nacionais; o tratado nuclear firmado pelo Brasil com a República Federal da Alemanha em 1975; o investimento no setor bélico através da criação da Indústria de Material Bélico-IMBEL em 1976, e, principalmente as divergências em torno da construção de Itaipu. Até mesmo Oscar Camilión, depois chanceler e ministro da defesa argentino, tecia comentários deste gênero.⁵

Sob este prisma, Itaipu pode ser tomado como bom exemplo para explicar o clima reinante entre os dois Estados mais importantes do continente. Àquela altura, no segundo lustro dos anos 70, chegou-se, inclusive a comentar a possibilidade de as barragens construídas no Rio Paraná servirem como “arma para inundar” a Argentina, abrindo-se as comportas. O raciocínio, feito sob uma visão estritamente cons-

⁵ CAMILION, Oscar - “Relaciones argentino-brasileñas”. *Estratégia* (21): 43-48, março/abril de 1973.

pirativa, não conseguia perceber que para se “inundar” aquele país teria que se destruir a própria barragem. Ou seja, deixar grande parte do Brasil sem energia elétrica, afetando diretamente toda a economia nacional, visto que nas regiões sul e sudeste se concentrava a maior parte do parque industrial. Pensamentos feitos sob este ângulo eram perceptíveis tanto pelo lado brasileiro quanto pelo argentino, não sendo, portanto, privilégio de apenas um deles..

Claro que se deve, também, ponderar que nesses anos o Brasil dava margens a tais interpretações. Em primeiro lugar, o desastrado discurso feito por Richard Nixon, em 1971 na Venezuela, afirmando que para onde o Brasil se inclinasse o resto do continente faria o mesmo, ou seja, conferindo ao nosso país a categoria de país-chave no plano latino-americano. Em segundo lugar, as denúncias de que o Brasil planejava a Operação Trinta Horas, para intervir no Uruguai, caso Liber Seregni ganhasse as eleições, o papel pouco esclarecido do governo brasileiro na queda de Juan Carlos Torres e a ascensão de Hugo Banzer na Bolívia, além dos acontecimentos no Chile, em 1973, faziam com que o país ficasse sob suspeita.⁶ Outros textos produzidos principalmente pelo general Carlos de Meira Mattos, a partir de 1975, ao lado da “teoria da defrontação” da professora Therezinha de Castro, assumindo o discurso feito pelo deputado federal Eurípedes de Menezes em 1972 defendendo a divisão da Antártica sob diversas bandeiras, reforçavam as ressalvas que os vizinhos tinham em relação à política externa brasileira.⁷

⁶ Cf. SCHILLING, Paulo - *Brasil va a la guerra*. Buenos Aires: Schapire Editor, 1974; GRAEL, Cel Dickson de- *Aventura, corrupção e terrorismo. À sombra da impunidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

⁷ Cf. CASTRO, Therezinha de - op. Cit. ; MENEZES, Eurípedes de *Antártica, interesses internacionais*. ESG - C-613-72, 1972.

Se esta literatura era volumosa, não só por parte do estamento militar, mas também por inúmeros civis exaltando o projeto de Brasília. Potência que até era mencionado no plano de governo do general Emílio Garrastazu Médici, o meio acadêmico até então se mantinha extremamente reservado, em função de vários problemas.

É conveniente lembrar que não se podia falar/escrever abertamente, e permanecer impune, sem sofrer conseqüências que poderiam ser drásticas, desde a apreensão da obra até a perda de emprego, sem contar uma possível abertura de processo, incluindo prisão e tortura. Um dos livros do empresário Kurt Mirrow, por exemplo, denunciando os cartéis no país foi recolhido imediatamente após o seu lançamento.⁸ Outros casos envolvendo a censura aos grandes jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Tribuna da Imprensa*. e aos da imprensa nanica como *Opinião* e *Movimento*, faziam parte da rotina, já que o clima de exceção em que o país estava mergulhado dava margens para que o governo assim agisse.

Mas também havia outro motivo pelo qual o meio acadêmico pouco se manifestava – mesmo se desejasse e fosse possível – a respeito da atuação brasileira quer no cenário regional, quer em nível mais amplo do sistema internacional. Praticamente não havia pessoas ligadas à Universidade com possibilidade de fazer boas análises sobre a maior parte dos assuntos que diziam respeito à política externa brasileira e, pior ainda, sobre as relações internacionais *lato sensu*. Na realidade, verificava-se que tanto a prática quanto a teoria constituíam-se praticamente em monopólio dos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores.

⁸ MIRROW, Kurt - *A ditadura dos cartéis*. Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira, 1977.

Isto não significa que não houvesse produção sobre o assunto. Certamente que sim, mas que se referia quase sempre a aspectos históricos, a períodos mais remotos, e os colegas historiadores continuaram dando valiosa contribuição, mesmo nesse período. Os juristas, os diplomatas e os economistas também escreviam sobre o tema, e seria injusto deixar de mencioná-los, como pode ser verificado em publicações como a *Revista Brasileira de Política Internacional*, que era dirigida desde 1958 (inicialmente por Oswaldo Trigueiro e no final por Cleantho de Paiva Leite), através do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, criado quatro anos antes. Além dessa, a *Revista de Ciência Política* da Fundação Getúlio Vargas/RJ e a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo em sua direção Orlando de Carvalho, igualmente se dedicavam a publicar, de forma esparsa, artigos sobre política externa brasileira, inclusive o conhecido texto de J.A Araujo Castro sobre o congelamento do poder mundial no começo dos anos 70.⁹

Todavia, o número de cientistas políticos, de acadêmicos especializados em relações internacionais ainda era reduzido, entre os quais José Honório Rodrigues, Carlos Delgado de Carvalho, Luiz Moniz Bandeira, José Carlos Brandi Aleixo e Hélio Jaguaribe. Mesmo hoje a situação não é a ideal, mas o quadro já é bem melhor do que antes, sem qualquer sombra de dúvida, tanto em termos quantitativos quanto qualitativamente.

Alexandre de Barros em um primeiro balanço, com boas informações, relembra estes dados. Este autor menciona inclusive o caso de

⁹ ARAUJO CASTRO, J.A - "O congelamento do poder mundial". *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (33): 7-30, janeiro de 1972.

Fundação Ford norte-americana que patrocinou a ida de algumas dezenas de jovens profissionais para que estudassem naquele país, e após solidificar seus conhecimentos, promovessem o avanço dessa área no Brasil.¹⁰ É interessante ressaltar, diz Alexandre de Barros, que de todos que para lá foram, apenas dois acabaram se dedicando à área *stricto sensu* de relações internacionais: a professora Maria Regina Soares de Lima do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro-IUPERJ, e Henrique de Souza Novaes, este mais voltado para atividades jornalísticas e de assessoria a fundações e, principalmente a grandes empresas brasileiras no exterior.¹¹ Os demais dedicaram-se ao estudo e à divulgação da Ciência Política *lato sensu*.¹²

A área de relações internacionais no meio acadêmico padecia, então, de carência de recursos humanos suficientes para que pudesse se desenvolver a contento e constituir-se em programas nas diversas universidades. Isto pode ser observado pela morosidade com que as disciplinas passaram a ser ministradas (ainda hoje as dificuldades são grandes) nas diferentes instituições nacionais, fossem elas estaduais ou federais.

Apenas para exemplificar, somente em 1973 se passou a oferecer como cadeira eletiva, sob responsabilidade do professor Oliveiros da Silva Ferreira, uma disciplina semestral intitulada “Relações Inter-

¹⁰ Cf. BARROS, Alexandre de - “El estudio de las relaciones internacionales en Brasil”, in PERINA, Ruben M. (comp.) - *El estudio de las relaciones internacionales en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Grupo Editora Latinoamericano, 1985.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Sobre o desenvolvimento da Ciência Política no país, ver FORJAZ, Cecília - “A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35): 101-120, outubro de 1997. Ver, também, LAMOUNIER, Bolivar & CARDOSO, Fernando Henrique - “A bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1949-1974)”, *Dados*, Rio, IUPERJ (18): 3-32, 1978.

nacionais” na graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Este primeiro curso foi imediatamente seguido por outro que dava ênfase mais à política praticada em âmbito continental com Estados Unidos ocupando papel de destaque no programa. Conquanto houvesse um grande número de alunos inscritos a frequência deixava muito a desejar. Ministradas até 1982, estas disciplinas só tiveram continuidade nos anos 90, agora com o professor Leonel Itaussu Almeida Melo que também atua na pós-graduação. Os professores Jose Augusto Guilhon Albuquerque e Braz Jose Araujo, também, em diferentes períodos dedicaram-se a esta área na graduação, concentrando seus interesses, posteriormente, na pós-graduação, principalmente na orientação de alunos e coordenação de núcleos.

Naquela época não havia sequer o Departamento de Ciência Política como instância autônoma, o que se verificou apenas a partir de meados dos anos 80. O mesmo também se observava na Universidade de Campinas, quando somente no início dos anos 90, foi criado o Departamento de Ciência Política, desmembrando-se o Departamento de Ciências Sociais nas três áreas tradicionais, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP também no mesmo ano de 1973, começou a ser oferecida uma disciplina com o título de “Política Internacional”, no 8º semestre da graduação em Ciências Sociais, e que perdurou até 1987. Nesta última instituição a disciplina foi ministrada, em diferentes momentos, por professores que, apesar das formações diversificadas, trabalhavam na área como Vicente Marotta Rangel e Guido Soares (ambos juristas), por Leon Pomer (historiador) e Tullo Vigevani (historiador e cientista político).

Além desses, existiam apenas os tradicionais cursos de Direito Internacional ministrados, por exemplo, em faculdades como a do Largo de São Francisco, mas que estavam longe de atender aos interesses de alguém que se sentisse mais atraído pelas vertentes históricas e políticas. Ao longo dos anos, as faculdades de Direito irão abrigar um grande número de docentes que trabalharão com inúmeras questões sobre relações internacionais, como Celso Lafer e Celso Albuquerque de Mello, além de dezenas de outros, e que seria impossível aqui listar.

A área de Economia Internacional, por sua vez, sempre teve espaço maior nos próprios currículos, principalmente pelo fato de o país, a partir dos anos 70, dar grande importância à exportação. Aliás, inclusive na esfera governamental, o Itamaraty criou com Paulo Tarso Flecha de Lima o Departamento de Promoção Comercial em 1971.

Na verdade, não era apenas a área de relações internacionais que se sentia restringida, até porque praticamente não existia. A Ciência Política, como um todo – e as outras Ciências Humanas igualmente – sofria as conseqüências da repressão nas universidades, que pode ser lembrada pelas inúmeras cassações desde 1964. Evidentemente que se deve ponderar que a Ciência Política no Brasil também é muito recente, daí o modesto número de profissionais na área de relações internacionais oriundos daquela.. Alguns que se interessavam pelas relações internacionais se achavam concentrados nos departamentos de História, de Economia e de Direito, principalmente dos grandes centros como Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, entre outros.

Se isto era perceptível ao nível interno, o mesmo já não se podia dizer no plano externo, fora do país. Enquanto a preocupação dos ci-

entistas nacionais era com o regime de exceção, detendo-se em temas tradicionais como a questão fundiária, o sindicalismo, os partidos políticos, e os aspectos político-institucionais, principalmente nos Estados Unidos um grande número de pesquisadores começou a voltar suas atenções para o Brasil surgindo então os “brazilianistas” que passaram a explorar inúmeras facetas do país. Duas dessas diziam respeito aos interesses mais próximos a nós: a política das forças armadas e as relações externas. Surgiram de um lado, obras como a de Alfred Stepan discorrendo sobre os militares e, de outro, trabalhos sobre o papel jogado pelo país (ou a desempenhar) no cenário internacional, seja sob o ângulo mais histórico como o de Stanley Hilton, ou então de professores como Wayne Selcher, Roger Fontaine e Ronald Schneider; entre dezenas de outros que poderiam ser aqui listados, como Philippe Schmitter, Thomas Skidmore, Warren Dean, Joseph Love, John Wirth, etc., mais preocupados em explicar a dinâmica da política interna, tanto em termos estaduais, quanto no âmbito nacional.

O motivo para este aumento do interesse norte-americano no Brasil pode ser creditado a um fator particular. Enquanto os cientistas brasileiros estavam mais interessados em debater o processo político interno, preocupados com a duração do regime e temas semelhantes, a economia nacional crescia a ritmos acelerados no período que vai de 1969 a 1973, passando a ser uma das dez maiores do mundo. Isto era um dado real – que, certamente, não contemplava o regime de exceção, as disparidades sócio-econômicas, etc. –, um elemento concreto visto pelos acadêmicos do exterior, pelos governos e pelos investidores estrangeiros. Daí a necessidade de melhor se entender o país, com generosos recursos financeiros e materiais colocados a disposição desses pesquisadores, além das facilidades para contatar e entrevistar au-

toridades brasileiras, sobretudo militares. Como exemplo, pode-se recordar o caso de Alfred Stepan que, ao final dos anos 60, conseguiu entrevistar metade do ex-ministério do marechal Castelo Branco em período bem diminuto, enquanto nenhum pesquisador brasileiro tinha acesso a esses personagens.¹³

Em outros locais, como na Bélgica, no Canadá e na Suécia também se produziram estudos sobre o período como as obras de Michel Schooyans sobre o estamento militar e a ditadura.¹⁴

Esta diferença de interesse verificado para se analisar políticas internas e políticas externas é perfeitamente compreensível. Enquanto os pesquisadores que enfrentam a situação de regimes ditatoriais fecham-se em torno de problemas domésticos, os estrangeiros além dessas preocupações tiveram, pelo menos naqueles anos, propensão em estudar o papel exercido pela diplomacia e pelo comércio exterior brasileiros, tanto no âmbito latino-americano quanto no continente africano, ou então de maneira mais ampla, especulando-se inclusive sobre o futuro do Brasil.

No plano diplomático, o acesso à documentação guardada pelo Itamaraty tinha também prazos diferentes para consultas, se interessados nacionais ou estrangeiros, com tempos de 50 e 35 anos respectivamente, além de temas proibidos, sob a rubrica de segurança nacional.

Por outro lado, as mudanças no plano político-institucional, com o fim da censura e a política de abertura lenta e gradual, como se dizia no governo do general Ernesto Geisel, bem como eleições livres e di-

¹³ Cf. STEPAN, Alfred - *Los militares y la política en Brasil*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.

¹⁴ Por exemplo, SCHOOYANS, Michel - *Déstin du Brésil*. Gembloux: Duculot, 1973.

retas em 1974 (logo sufocadas pela Lei Falcão e pela indicação do senador biônico), a anistia em 1979, o final dos atos de exceção e a alteração do sistema partidário, fizeram com que a área de relações internacionais também passasse a ocupar maiores espaços. Mesmo porque já se tinha consciência de que bem ou mal, apesar das disparidades sócio-econômicas internas, o Brasil se tornara conhecido no mundo. E isto era um fato irreversível. Portanto não se podia mais ignorar estes acontecimentos e, também para que as interpretações não ficassem restritas às visões dos brazilianistas. Por isso, a partir de meados dos anos 70 a área de relações internacionais e as que diziam respeito a questões estratégico-militares passaram a adquirir maior importância, ainda que de forma modesta.

A Universidade de Brasília, pelo seu próprio *locus*, já se antecipava e criava curso de Relações Internacionais ao nível de graduação em 1974, enquanto o Departamento de História se preocupava com esta temática na pós-graduação. No Rio de Janeiro, haviam ocorrido, também, algumas tentativas de criação de faculdades de Relações Internacionais, mas que, devido à discutível qualidade do ensino ministrado, foram sucessivamente fechadas.¹⁵

Curiosamente, apesar de no Rio de Janeiro se verificar tal interesse, bem como em Brasília, o mesmo não se podia dizer de São Paulo, que até então se mantinha um tanto insensível à matéria. Embora o estado paulista se constituísse em importante centro econômico-industrial, político e cultural, ocorria uma defasagem entre estes fatos e o interesse por assuntos internacionais no meio acadêmico. Nos anos 90, porém, a situação será completamente distinta, conforme comentaremos depois.

¹⁵ Cf. BARROS, Alexandre, op. Cit.

lhos percorridos por Laerte Bettiol que tinha feito o mesmo(19).¹⁹ Tratava-se já de duas boas reflexões sobre tema que dizia respeito às relações Brasil-Argentina-Paraguai, e que escapavam ao âmbito exclusivo das interpretações diplomáticas e da imprensa.

Algumas leituras bastante interessantes sobre a política externa brasileira também tinham sido feitas recentemente, entre outros, por Carlos Estevam Martins, sobre a política exterior brasileira dos anos 60/70, enquanto Octávio Ianni refletia de maneira diferente comentando o imperialismo norte-americano na América Latina; Ruy Mauro Marini discorria sobre o subimperialismo brasileiro em 1974(20).²⁰

Esses trabalhos, importantes naquele momento, abordavam a atuação brasileira principalmente no Cone Sul, mas converteram-se em esforços praticamente isolados, inclusive com os autores dedicando-se, posteriormente, a outras indagações chegando mesmo a abandonar a área. Desses, apenas Octávio Ianni nos anos 90 dirigiu seu olhar para vários aspectos da globalização, nisto muitas vezes dialogando com Renato Ortiz.

Na Universidade Federal Fluminense foram ministradas disciplinas isoladas sobre relações internacionais, criando-se ainda no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC/FGV em 1980, o Programa de Relações In-

¹⁹ BETIOL, Laercio - *Itaipu - modelo avançado de cooperação internaciona na Baía do Prata*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983; CAUBET, Christian, - *As grandes manobras de Itaipu*, São Paulo: Editora Acadêmica, 1991.

²⁰ Cf. MARTINS, Carlos Estevam - "Evolução da política externa brasileira na década 64/74", *Estudos Cebrap*, (12) :53-98, abril/junho de 1975; IANNI, Octávio - *Imperialismo na América Latina*, Rio de JÁ, Editora Civilização Brasileira, 1974; MARINI, Ruy Mauro - "Brazilian subimperialism", *Monthly Review*, 23 (9): 14-24, fevereiro de 1974.

ternacionais com Gerson Moura e Mônica Hirst, à frente de outros pesquisadores. O Centro de Documentação sobre a América Latina-CEDAL, da Universidade de São Paulo, igualmente se voltava para os temas regionais, promovendo cursos de extensão a partir de 1973.

Em 1980, também, se reunia nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, pela primeira vez o Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa-GRIFE.

Nesta primeira tentativa no seio do GRIFE/ ANPOCS apresentava-se uma grande heterogeneidade de interesses, tanto temáticos, quanto de universidades e que estavam isolados, sinalizando a necessidade de se reunir mais metodicamente os esforços individuais desses pesquisadores.

As constantes alterações ocorridas internamente na ANPOCS, ora com grupos de trabalho, ora com seminários temáticos fez, contudo, que em 1994 o GRIFE fosse excluído não participando desde então. Pesquisadores isolados apresentaram-se ocasionalmente em algumas mesas redondas. A justificativa, na época para a recusa da proposta do GRIFE fora a de que se tratava de assunto “pouco interessante” e estava mal elaborada, segundo a Secretaria da entidade, se bem que o eixo central das discussões estivesse orientado para o tema da globalização.

Naquela primeira reunião do GRIFE esteve, também, presente Gelson Fonseca Júnior, então primeiro secretário dos quadros do Itamaraty. Nos anos 80 e 90 a presença de diplomatas, seja através do IPRI, pela Fundação Alexandre de Gusmão, seja pelo Instituto Rio Branco será uma constante nas reuniões acadêmicas. Esta estreita co-

laboração resultará em inúmeros seminários, grupos de trabalhos, publicações, palestras, etc., e que irão contribuir significativamente para o avanço da área, fora dos tradicionais redutos diplomáticos. O mesmo se verificará, posteriormente, inclusive, com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que passou a abrigar um número elevado de pessoal com formação acadêmica ou interessados em relações internacionais, bem como inúmeros diplomatas, como o próprio Secretário atual, Ronaldo M. Sardenberg.

Sobre as questões levantadas nos parágrafos anteriores, tanto Alexandre de Barros, quanto José Flávio Sombra Saraiva e Paulo Roberto de Almeida já publicaram excelentes trabalhos abordando não só as instituições que ao longo do tempo trabalharam com relações internacionais, mas arrolando as publicações e os próprios programas de graduação e pós-graduação existentes no país, motivo pelo qual escusamo-nos de continuar repetindo aqui seus argumentos, ou apenas relacionando novos seminários e instituições.²¹

Os anos 80 e 90 experimentaram um incremento vigoroso da área de relações internacionais no país. Alguns acontecimentos podem ajudar a explicar melhor o quadro atual, do “estado das artes”. Em primeiro lugar, o processo de integração envolvendo Brasil e Argentina, em meados da década passada e, que, ampliado, deu lugar ao Mercosul; em segundo lugar, a estabilidade econômica, que favorece a

²¹ Cf. BARROS, Alexandre de - op. Cit.; SARAIVA, José Flávio Sombra - “História das relações internacionais: o objeto de estudo e a revolução do conhecimento”, in SARAIVA, J. F. S. (org.) - *Relações Internacionais contemporâneas de 1815 a nossos dias - Da construção do mundo liberal à globalização*, Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997, p. 17-58; ALMEIDA, Paulo Roberto de - “Revistas Brasileiras de Política Internacional: um balanço de quatro décadas”, *Política Externa*, vol. 2 (1): 162-169, junho/agosto de 1993.

formulação de políticas externas em bases mais sólidas; e, em terceiro lugar, o próprio processo de globalização/regionalização. Além, é claro, de outros temas que, levados a conhecimento público tem incentivado alunos tanto de graduação, quanto de pós-graduação, em nível de mestrado a doutorado, a desenvolver projetos de pesquisa contemplando temas específicos em relações internacionais. Entre esses poderíamos arrolar a queda do muro de Berlim, o conflito na Bósnia, a guerra Grã-Bretanha x Argentina, a do Iraque contra o “resto do mundo”, o fim do *apartheid* na África austral, o terrorismo, o problema da fome em grande parte do continente africano, as migrações internacionais, o tráfico de drogas, a questão ambiental, os nacionalismos, etc.

No que diz respeito ao primeiro caso citado, os protocolos de integração brasileiro-argentino assinados pelos então presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, fizeram com que a região se tornasse alvo de interesse não só acadêmico, mas também político e sobretudo econômico. Afinal de contas, começou-se a falar em um mercado livre, o que significava mais algumas dezenas de milhões de potenciais consumidores junto às fronteiras internacionais do Brasil.

No Rio Grande do Sul criou-se inclusive a Secretaria Especial de Relações Internacionais, ocupada inicialmente por Ricardo Seitenfus, então professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Não é sem motivo, portanto, que se passaram a verificar nessa universidade, sobretudo nos anos mais recentes, inúmeras iniciativas relacionadas à participação do país no Mercosul, seja através de cursos e seminários, seja por intermédio de convênios firmados com outras instituições, assumindo importante papel no processo de integração regional.

A variável militar ficou relegada a um plano secundário, mesmo porque militares sempre pensam os problemas do Estado sob ótica

muito particular, daí as eternas desconfianças quando se fala em integração, formação de blocos, forças armadas conjuntas, etc. O espírito conspiratório normalmente acaba prevalecendo neste último caso, havendo, portanto, um descompasso temporal no cumprimento das metas de integração regional nos planos econômico, político e militar.

Principalmente nos anos 90, o controle do processo inflacionário e o ajuste gradual das contas nacionais, bem como uma série de outras providências tomadas em planos diversos, fizeram com que a estabilidade econômica assumisse importância para se começar a pensar uma política externa “mais consistente”. Quer dizer, tentando fazer com que o país passasse a aspirar papel de maior relevo no cenário internacional, inclusive reivindicando em determinados momentos até mesmo uma vaga como membro cativo do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Estes fatos fizeram com que alguns pesquisadores também se sentissem atraídos para estudar esta nova faceta da atuação brasileira no quadro mundial, com o país tentando aumentar seu grau de credibilidade. Ou ocupando espaços como potência média. Ou seja, o país procurava com isto captar mais recursos tentando, ao mesmo tempo, mostrar que eventualmente estaria já amadurecido e preparado para assumir novas responsabilidades em todas as esferas, tanto no plano político, quanto no econômico. A política externa brasileira converteu-se, assim, em alvo de interesse de vários jovens profissionais, ligados tanto às universidades, quanto aos centros de pesquisa, espalhados pelo país.

Além dessas duas variáveis, o processo que se convencionou chamar de globalização, também, passou a atrair intensamente a atenção de estudiosos das mais diferentes áreas para o que estava se verifi-

cando no mundo desde há algum tempo, mas com força cada vez maior, questionando-se então o próprio Estado Nacional.

Esta preocupação fez com que um grande número de pesquisadores em boa parte das universidades começasse a dedicar ênfase especial ao assunto ainda que nem todos sejam *stricto sensu* da área de relações internacionais. A palavra globalização passou, destarte, a ser associada a todos os temas, desde questões de gênero a problemas ambientais, de preocupações com as populações indígenas até o novo papel dos sindicatos, não se esquecendo dos tópicos relacionados à saúde, à educação, à previdência. A globalização tornou-se, assim, uma palavra mágica para explicar tudo o que ocorre no mundo, em termos econômicos, políticos, militares, culturais, sociais, etc.

Uma comparação das duas últimas décadas – tomando como ponto de referência (arbitrariamente) o ano de 1978 quando se cria o Conselho Brasileiro de Relações Internacionais – com o período anterior, vai nos indicar claramente (ainda que fosse conveniente realizar um mapeamento completo apontando temas, número de pesquisadores envolvidos, publicações, etc.,) que houve substancial acréscimo em todos os indicadores citados. Aumentou, sensivelmente, a quantidade de pessoas interessadas em relações internacionais, no âmbito das universidades e das instituições de pesquisas, evidenciado pelo volume de dissertações e de teses defendido e em andamento; os temas se diversificaram, e a quantidade de publicações também foi incrementada. Não se pode esquecer, ainda, que representantes do meio acadêmico ocuparam, inclusive, cargos em instituições profissionais, como o professor Cândido Mendes na presidência da Associação Internacional de Ciência Política-IPSA e Clovis Brigagão secretariando a Associação Internacional de Pesquisa para a Paz -IPRA, na década de 80.

Deve-se, contudo, fazer ressalvas perante um quadro que, em princípio, poderia parecer muito satisfatório. No que tange a revistas há uma série de títulos desde aqueles com cunho voltado mais para preocupações estratégico-militares como *A Defesa Nacional* (desde 1913), a *Revista Marítima Brasileira* (do século passado), *Segurança e Desenvolvimento* (da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra-ADESG, editada desde 1951, anteriormente com o nome de *Revista da ADESG*), *Revista da ESG* (Escola Superior de Guerra desde 1985), *Cadernos CEBRES* (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, edições irregulares desde 1982), *Premissas* (desde 1992), do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, *Cadernos NAIPPE* (do Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da USP), *Estudos Afro-Asiáticos* (da Universidade Cândido Mendes, desde 1978, e editado atualmente por José Maria Nunes Pereira), *Contexto Internacional* (desde 1985) do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ, *Política Externa* (desde 1992), da USP, culturais como *Nossa América* do Memorial da América Latina e publicações das Federações de Comércio e da Indústria, do Instituto de Pesquisa sobre Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (entre as quais os relatórios de pesquisa e mesmo teses acadêmicas em co-edição), *Foreign Affairs* e *Semanário do Mercosul*, ambos da *Gazeta Mercantil* (desde 1996), além de outras.

Muitas dessas publicações são (foram) publicadas de maneira muito irregular, sazonalmente, quando não desapareceram simplesmente após breve experiência. Entre essas, a própria *Política Externa Independente*, com três números em 1965, o mesmo ocorrendo com *América Latina* da Universidade Federal de São Carlos, e a da UnB

(*Relações Internacionais* com apenas cinco números, entre 1978 e 1980), enquanto a *Revista Brasileira de Ciência Política* circulou com apenas um exemplar em 1989.

Outra publicação que se encarregava de divulgar documentos internacionais, a *Textos & Documentos*, editada por Rogê Ferreira entre 1979-1981, saiu de circulação por não existir apoio, segundo o editor. A *Política e Estratégia* também não conseguiu resistir (1983-1990), enquanto o suplemento mensal *Internacional do Correio Brasileiro* editado nos inícios dos anos 90 (1992-94) reunindo contribuições significativas do meio acadêmico não seguiu avante. A própria *Revista Brasileira de Política Internacional* (atualmente dirigida por Amado Luiz Cervo), apenas sobreviveu graças à iniciativa de colegas da UnB após a morte de Cleantho de Paiva Leite. Por outro lado, não se pode esquecer o papel importante desempenhado pela Editora da Universidade de Brasília que editou inúmeras obras consideradas fundamentais para o estudo das relações internacionais, como os textos de Raymond Aron, Karl Deutsch e Edward Carr.

Quanto às instituições, também as variações denotam um quadro de certa maneira preocupante. Se não estiverem ligadas às universidades ou a setores empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o que se verifica é o surgimento e o desaparecimento alguns anos depois. Por exemplo o Centro de Estudos Estratégicos da Sociedade Brasileira de Cultura- Convívio foi desativado quando os responsáveis/interessados na área como Antônio Carlos Pereira se desligaram dessa instituição e ajudaram a fundar o Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos no começo dos anos 90, e hoje também praticamente inativo. Por outro lado, as entidades vinculadas a órgãos governamentais como a Secretaria de Assuntos Estratégicos

tem demonstrado fôlego pouco maior, ajudando e promovendo inúmeros seminários, inclusive lançando cadernos de debates e *Parcerias Estratégicas* (dirigida por Carlos Henrique Cardim), mas que parece agora ter reduzido seu ímpeto; o Instituto de Pesquisa sobre Relações Internacionais-IPRI, a USP (também por intermédio da área de relações internacionais do Instituto de Estudos Avançados), o Centro de Estudos das Americas da Universidade Cândido Mendes (que conta com a presença de Clovis Brigagão, Juarez Coqueiro, Severino Cabral e Jacques d'Adesky), a PUC/RJ e a UNICAMP têm publicado regularmente revistas, cadernos e cartas, com periodicidades diferentes (mensais, trimestrais, quadrimestrais ou semestrais). Seminários têm sido promovidos em todo o país com regularidade, inclusive realizando-se os Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, cuja quarta versão está prevista para maio de 1998.

É bem verdade que nesses locais também ocorrem problemas. A Universidade de Campinas pode ser tomada como bom exemplo para explicar freqüentes divergências sobre o entendimento que se têm sobre a importância ou não do campo de trabalho mencionado neste texto. Um dos centros de pesquisa, o Núcleo de Estudos Estratégicos, atualmente dirigido pelo professor Eliézer Rizzo de Oliveira, foi criado através de portaria do Reitor GR 059/85, de 28 de março de 1985, em função de três eixos, a estratégia, as forças armadas e as relações internacionais. Contudo, esta última área foi simplesmente excluída em 1987, por "não ter perfil", como se pode constatar pelos relatórios internos da entidade, elaborados a partir daquele momento, só sendo reativada em 1994, agora com o nome de "Política Internacional". Mesmo recentemente a área "Relações Internacionais e Política Comparada" que constava como linha de investigação do Departamento de

Ciência Política teve seu nome alterado ao se fundir com a área de “Forças Armadas, Estado e Sociedade” em uma única linha de trabalho com o título de “Estudos internacionais e militares”.

Mas, se as revistas/publicações têm tido uma certa irregularidade, já no que se refere explicitamente aos cursos, o quadro tem sido mais animador. Pelo menos em parte. Em meados dos anos 70, existia apenas um curso de graduação em Relações Internacionais na UnB e, posteriormente, pós-graduação neste mesmo local e na PUC/RJ.

Mas outras universidades de igual porte, como a USP, a UNICAMP e a UNESP, apesar de terem seus centros e núcleos de pesquisa, não conseguiram consolidar programas semelhantes, tendo poucos docentes especializados, e sendo ministradas disciplinas isoladas, mas sem uma característica definida de programa (na USP, a área temática da pós-graduação de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos tem apenas três docentes, dos quais dois são coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada-NUPRI e do NAIPPE, José Augusto Guilhon Albuquerque e Braz José Araujo, respectivamente) visando obter titulação específica em relações internacionais, nos dois níveis, de graduação e de pós-graduação.

O contrário já acontece na própria Universidade de São Paulo com o mestrado em integração latino-americana, o mesmo se verificando na Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul, ou ainda, através das linhas de trabalho oferecidas pelo Departamento de História da Universidade de Brasília desde meados dos anos 70, na pós-graduação, com um corpo docente altamente qualificado.

Em outras instituições como na UNICAMP, na Universidade Federal de Minas Gerais, no IUPERJ, na PUC/SP, na UFRGS e na

UFSC, nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais/Ciência Política existem apenas linhas de trabalho ou sub-áreas contemplando as relações internacionais.

Sem sombra de dúvida, é na Universidade de Brasília que se concentra o maior número de profissionais experimentados na área, como Eiiti Sato, Marcus Faro de Castro, Antônio Cançado Trindade, Albene Miriam Menezes, Eduardo Viola, Lytton Guimarães, Argemiro Procópio Filho, Maria das Graças Rua, Nielsen de Paula Pires, além dos mencionados anteriormente.²²

É alentador o número de cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos principalmente sobre a integração latino-americana, que já se verificava na UnB desde os anos 80; mencione-se aqui os cursos recentes da USP a partir de 1997, os da UFRGS, bem como os de especialização na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (apesar de contar com apenas dois conceituados professores, Williams da Silva Gonçalves e Miriam Gomes Saraiva); no mesmo nível a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo oferece o curso de “Política Internacional”, (coordenado por Nanci Valadares), já em sua 6ª edição; até os de extensão ministrados pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, por jovens pesquisadores que realizam simultaneamente seu doutorado (como Janina Onuki, Ricardo Sennes, Amâncio Jorge de Oliveira e Cristina Pecequilo) tendo como objeto de

²² No Departamento de Relações Internacionais da UnB existe um total de 27 docentes (contando-se os afastados e pesquisadores associados). São membros, Adriano Benayon do Amaral, Antonio Carlos M. Lessa, Carlos Roberto P. da Costa Filho, Danilo Von Sperling, José Francisco Rezek, Julie S. Zapata, Marcio F. Nunes Cambraia, Maria Helena C. Santos, Maria Izabel V. de Carvalho, Marília Coutinho, Marta Zador, Mauro Pereira Porto, Paulo R. C. Kramer, Rubens Ricupero e Sérgio S. Amaral além dos já mencionados no corpo do texto.

investigação temas relativos à política externa brasileira, ao Mercosul e correlatos.

Os cursos de graduação, igualmente sofreram um aumento extremamente significativo. Apenas nos últimos anos, principalmente, na segundo lustro dos anos 90, várias universidades criaram bacharelados em Relações Internacionais como a PUC/SP (coordenado por Paulo-Edgar Almeida Resende), a Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, a Universidade São Marcos (São Paulo), a Universidade Católica de Brasília, a Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, a PUC/MG e a Unidomus, do grupo Pueri Domus de São Paulo. Encontra-se, também, em discussão projeto de criação de curso nos *campi* da Universidade Estadual Paulista em Franca e Marília, além de pelo menos mais uma dezena espalhados principalmente na região sudeste do país, tanto na cidade de São Paulo, quanto em Londrina, Maringá, etc. Curiosamente, ao contrário do que se verificava nos anos 70, na cidade do Rio de Janeiro a demanda por criação destes cursos parece não ter atraído a atenção das diversas universidades aí baseadas.

Contudo, os perfis dos cursos não caminham na mesma direção, observando-se visivelmente a tendência em torná-los “mais práticos”. Por exemplo o curso da Fundação Lusíada de Santos enfatiza o comércio portuário, a Universidade São Marcos a gestão em negócios, enquanto o comércio exterior se constitui no elemento forte da Universidade Estácio de Sá; a PUC/SP e a Universidade de Brasília preocupam-se com uma formação mais acadêmica, centrada em ciência política, ainda que não se descurem da história, do Direito e da economia, principalmente no caso da instituição paulista que privilegia uma forte integração interdisciplinar); a PUC/MG embora desejasse

priorizar todas as áreas, mostra através de sua grade curricular, a preferência pelo pragmatismo do curso, o mesmo se verificando no caso da UNISUL, enquanto a UNIVALI apresenta um currículo bem equilibrado.

Em virtude de serem novos, com dois ou três anos, a demanda tem variado nas universidades mais “periféricas” em torno de 2 candidatos por vaga, ao passo que na PUC/SP(curso criado em 1995) os dados do vestibular de 1997 indicam a elevada procura pelo curso, com cerca de 18 candidatos concorrendo a cada vaga oferecida, ficando sempre entre os três mais concorridos da instituição. Neste último caso, a universidade inclusive reforçou significativamente seu quadro docente, contratando profissionais de reconhecida competência como Oliveiros S. Ferreira e outros na categoria de professor visitante como Tullo Vigevani.

Ainda que o quadro seja positivo, de um lado, verifica-se, por outro, fato preocupante, qual seja, a não existência de recursos humanos suficientes na maioria dessas instituições, e que possam cumprir com eficácia tal tarefa. Assim, ocorre uma defasagem bastante acentuada entre a proposta de programa e o próprio domínio do assunto pelos docentes (e sua titulação), a ser desenvolvido durante o curso. Outro dado ainda a ser considerado é que, apesar de ter a rubrica “Relações Internacionais”, a preocupação fundamental das entidades, como se mencionou anteriormente, é com o aspecto prático do curso, direcionando-o quase que exclusivamente para comércio exterior.

No cômputo geral, contudo, o momento é altamente favorável se comparado com o clima existente há duas décadas. O número de eventos, por exemplo, é muito elevado, abordando aspectos os mais variados, promovendo-se inúmeros seminários internacionais, inclusi-

ve de alunos, como o realizado em setembro de 1997 em São Paulo com o 3º Encontro de Estudantes de Relações Internacionais do Cone Sul. Outro grande evento estudantil diz respeito a simulação de modelo da ONU (Americas Model United Nations-AMUN 98) com participação de alunos de universidades brasileiras e do exterior, sendo realizado em Brasília de 31 de março a 04 de abril de 1998.

O número de projetos de pesquisa sobre os mais variados temas das relações internacionais apresentados às entidades de fomento também são expressivos. De trinta solicitações feitas à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) em 1997, dez dessas, contempladas com recursos da entidade, diziam respeito a este campo de estudos, conforme quadro demonstrativo apresentado pelo professor José Flávio S. Saraiva neste seminário.

Face, então, ao processo de integração regional, da estabilidade econômica e do processo de globalização, entre outros, o interesse tem crescido verticalmente, notado pelo número de faculdades criadas em período muito curto. De um lado, instala-se um clima de euforia que pode, por outro, ser frustrado pela qualidade oferecida, se as instituições diretamente envolvidas não tiverem o cuidado de suprir, de maneira adequada, as necessidades com pessoal suficientemente habilitado para que os cursos funcionem a contento e com um mínimo de qualidade.

A criação também do CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais -, presidido pelo embaixador Baena Soares, e com a participação do atual chanceler Luís Felipe Lampréia e da professora Aspásia de Camargo, tem mostrado a importância adquirida pelos temas internacionais em escala cada vez mais ampla. Mesmo na UNICAMP, também em 1993 se redigiu um documento propondo a

criação de um Centro de Altos Estudos Internacionais (em moldes bem diferentes do Instituto de Estudos Avançados da USP), que seria composto por ex-chanceleres e figuras de projeção acadêmica nacional. O documento, contudo, não passou por qualquer discussão no âmbito do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas ou do Departamento de Ciência Política, o maior interessado no assunto, e sem qualquer consulta aos professores que trabalham na área. Referido projeto, entretanto, não seguiu avante.

Quanto à maior integração entre os profissionais que trabalham em Relações Internacionais verificam-se divergências bastante acentuadas. Por exemplo, na Universidade de São Paulo, coexistem dois núcleos coordenados por docentes de um mesmo departamento, enquanto o Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina-PROLAM também se localiza a poucos metros da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; isto tudo faz com que os esforços acabem sendo multiplicados, independentemente da alta qualidade dos coordenadores e pesquisadores envolvidos naquelas instâncias.

O surgimento de pesquisadores jovens também é outro sinal animador, muitos deles realizando mestrado e doutorado, principalmente na USP, na PUC/RJ e na UnB. Outros, mais avançados, mas igualmente jovens, com boa formação acadêmica, têm reforçado os diversos departamentos, como podemos lembrar através de Mônica Herz, Letícia Pinheiro e Paulo Wrobel (IRI-PUC/RJ), ou Antônio Jorge R. da Rocha, Alcides Costa Vaz e Cristina Yumie Inoue (UnB), Alexandra Mello e Silva (CPDOC-FGV/RJ). Áreas importantes, ainda não preenchidas, aos poucos (ainda que muito morosamente) têm sido procuradas com pesquisadores encaminhando seus trabalhos para assuntos como o Japão, e tendo realizado estágios ou fazendo os própri-

os cursos em universidades nipônicas, como ocorreu com Alexandre Ratsuo Uehara e Neide Sati Ishioka, de São Paulo e Márcia Lissa Ainda, graduada em Relações Internacionais pela UnB. Esta região do Pacífico, inclusive já se consolidou como tema de investigação através de pesquisadores experimentados como Henrique Altemani de Oliveira e Gilson Schwarts, entre outros, reunidos no Grupo de Estudos sobre a Bacia do Pacífico.

O fácil acesso às publicações internacionais também tem sido um instrumento útil no fortalecimento da área, bem como o acesso às informações via internet, disponível nas universidades nacionais. Este último recurso, utilizado por todos, tem favorecido o aumento de interesse em relações internacionais, repercutindo na solidificação cada vez maior da área no país. A publicação de bibliografias regularmente e de material de imprensa de vários países sobre assuntos tem igualmente facilitado a pesquisa que se processa de maneira mais veloz e cujos serviços podem ser acessados tanto pelo Centro de Documentação do Instituto de Relações Internacionais-IRI/PUC ou pelas publicações do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata-CEDEP, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ou via Ministério das Relações Exteriores. No Rio de Janeiro existe, também, o Centro de Estudos Europeus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (dirigido por Franklin Trein), e que abriga boa documentação.

Os convênios firmados pelas universidades também tem ajudado os alunos como no caso da PUC/SP que, ao assinar acordo com a Universidade de Varsóvia, tem não só intercambiado professores, mas também levado dezenas de estudantes em viagens de estudos, principalmente ao Leste europeu em junho/julho de cada ano.

Como observações finais, pode-se dizer que o final da década vive momentos extremamente favoráveis ao aumento de interesse nas relações internacionais, tanto pelo meio acadêmico, quanto pelos setores políticos e econômicos.

Especificamente no Brasil este interesse significa que a área continuará avançando face a alguns fatores que têm marcado, inclusive, o desenvolvimento político e econômico nacional. Ou seja, o crescimento da área de relações internacionais, academicamente, se dá à medida que o país se projeta no cenário internacional. Quanto mais espaços o país tiver, significa que os estudos também sofrerão aumento diretamente proporcional, inclusive, criando-se instituições no exterior voltados ao estudo da realidade brasileira, como por exemplo, o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford.

O número de cursos de graduação também tende a aumentar, face ao processo de integração, ainda que a direção imprimida a esses cursos seja no sentido de torná-los cada vez “mais práticos”, propiciando ao aluno, principalmente, realizar negócios no âmbito regional e no mundo globalizado. O sucesso da área dependerá, entretanto, fundamentalmente, das condições oferecidas pelos cursos, tanto em termos de qualidade do corpo docente, quanto dos currículos.

Da mesma maneira que se verifica o crescimento da área, alguns problemas também demorarão certo tempo para serem resolvidos a contento. Por exemplo, o interesse no estudo das relações internacionais no Brasil está dirigido com grande intensidade para problemas relacionados ao funcionamento do Mercosul.

Contudo, este fato não é de se estranhar. A área de relações internacionais normalmente percorre os mesmos caminhos seguidos pelo desenvolvimento do país. Primeiramente ocorre o interesse pela

atuação do país ao nível continental, estudando-se as relações bilaterais e regionais com os Estados vizinhos. Só depois se começam a formular estudos analisando países que têm poder no cenário internacional, ao mesmo tempo que também se dedica algum tempo a temas contemporâneos. Só após ter atingido certo estágio, é que os pesquisadores começam a dedicar mais espaço a estudos mais amplos e ambiciosos, fazendo análises mais consistentes sobre o sistema internacional de maneira global. Por isso, só agora é que surgiu o excelente livro coordenado por José Flávio Sombra Saraiva, contando com textos também de Amado Luiz Cervo, Paulo Roberto de Almeida e Wolfgang Dopcke, todos da Universidade de Brasília, atrevendo-se a fazer obra de grande alcance. Da mesma forma foi publicado também o interessante livro de Ricardo Seitenfus sobre as organizações internacionais.²³

Por outro lado, o fato de se estar em um momento propício, significa que as demais áreas de interesse vão aos poucos sendo preenchidas, embora não com a velocidade desejada. Pode-se, ainda, perceber que as relações internacionais, no país, têm-se preocupado, em primeiro lugar com aspectos históricos e políticos e, posteriormente, com aspectos econômicos e culturais. As variáveis militares sempre foram relegadas a plano secundário, a não ser com relação ao âmbito regional, como se observa no caso da Bacia do Prata. Destarte, assuntos como a segurança internacional têm ainda sido grandemente negligenciados, não recebendo atenção a não ser por parte de poucos pesquisadores, entre os quais aqueles diretamente ligados a setores de se-

²³ Ver SARAIVA, José Flávio Sombra, op. Cit. Cf., ainda, SEITENFUS, Ricardo - *Manual das Organizações Internacionais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997.

gurança do país, como bem chama a atenção Thomas Guedes da Costa da Universidade de Brasília.²⁴

Apesar dessas deficiências, pode-se afirmar que a área de relações internacionais no país encontra-se consolidada. Tanto os autores mais experimentados, quanto os mais jovens, têm-se dedicado com afinco e utilizado todo o instrumental teórico ao seu dispor, bem como as informações instantâneas obtidas através da informática.

Por último, seria interessante fazer um mapeamento o mais completo possível, para se localizar os egressos dos cursos de relações internacionais, detectando quais os seus interesses e locais de trabalho, bem como as atividades ora exercidas, com a finalidade de se poder atender, realisticamente, a demanda desses futuros profissionais.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de - "Revistas brasileiras de Política Internacional; um balanço de quatro décadas", *Política Externa*, vol. 2 (1): 162-169, junho/agosto de 1993.

ARANGUREN, José O. & SCHELHOM, Tereza - *Un siglo de política exterior argentina*. Buenos Aires: FLACSO, 1978.

BARROS, Alexandre de - "El estudio de las relaciones internacionales em Brasil", in PERINA, Ruben M. (comp.) - *El estudio de las relaciones internacionales en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985, p.

²⁴ Cf. GUEDES, Thomás Guedes da - "Falta atenção aos temas de segurança internacional". *Carta Internacional da USP*, VI (59);13, janeiro de 1998

- CHEIBUB, Zairo Borges - *Bibliografia Brasileira de Relações Internacionais e Política Externa*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981.
- CHEIBUB, Zairo & LIMA, Maria Regina Soares de - "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: debate intelectual e produção acadêmica". Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983.
- FONSECA JR., Gelson - "Estudos sobre Política Externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980)", in FONSECA JR., Gelson & LEÃO, Valdemar Carneiro (orgs.) - *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI/Atica, 1989, p. 275-288.
- FORJAZ, Cecília - "A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35): 101-120, outubro de 1997.
- LAMOUNIER, Bolivar & CARDOSO, Fernando Henrique - "A bibliografia de ciência política sobre o Brasil (1949-1974)". *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, (18): 3-32, 1978.
- LIMA, Maria Regina Soares de - "As fontes institucionais para a pesquisa em Relações Internacionais no Brasil". Texto apresentado ao seminário "Perspectivas para o desenvolvimento de estudos comparativos latino-americanos e relações internacionais", realizado em Nova Friburgo (RJ), de 2 a 3 de dezembro de 1977, mimeo.
- LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gerson - "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: uma resenha bibliográfica". *BIB-ANPOCS*, Rio de Janeiro, (13): 5-36, 1º semestre de 1982.

- LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gerson - "Brasil-Argentina: uma bibliografia comentada", *Revista Brasileira de Política Internacional*, XXIV (93-96): 163-184, 1981.
- MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de - "As Relações Internacionais como Área de Estudo na América Latina", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (55): 65-88, julho de 1982.
- MIYAMOTO, Shiguenoli - "Notas sobre o estudo das Relações Internacionais no Brasil". Série *Relações Internacionais*, nº 3, UNESP, Campus de Marília (SP), 1984, 40 p. Também in *Perspectiva*, São Paulo, UNESP : 1983.
- MIYAMOTO, Shiguenoli - "Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação". *Perspectiva*, São Paulo, UNESP (4): 75-92, 1981.
- SARAIVA, José Flávio Sombra - "História das relações internacionais: o objeto de estudo e a revolução do conhecimento", in SARAIVA, J.F.S. (org.) *Relações Internacionais contemporâneas, da construção do mundo liberal à globalização, de 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997, p. 17-58.
- SARAVIA, Sílvia de Amieva - "Bibliografia selecionada sobre las relaciones argentino-brasileñas", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio, IBRI, XXIV (93-96): 185-188, 1981.
- TAMBS, Lewis - "Latin American Geopolitics: a basic bibliography". *Revista Geográfica*, Rio, IPAGH (73): 71-105, 1970.
- VIEIRA, José Ribas - "O Ensino das Relações Internacionais no Brasil". Texto apresentado ao GRIPE, no VII Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Águas de São Pedro de 26 a 28 de outubro de 1983, mimeo.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1603 / 788.1604

Telefax (019) 788.1589

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTA IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.